



Sustentabilidade e modernidade colonial: algumas contribuições desde a ontologia política

Sustainability and colonial modernity:
some contributions from the political ontology

Sostenibilidad y modernidad colonial:
algunas contribuciones desde la ontología política

Gustavo Rovetta Pereira* 

RESUMO

Desde aproximadamente os anos 1970, consolidou-se na esfera pública algo que pode ser chamado de “problemática ambiental”. Esta tem proporcionado transformações de diferentes naturezas na realidade social contemporânea. As ciências sociais, com variadas abordagens e campos disciplinares, têm produzido análises profícuas sobre a problemática em questão, suas variáveis, fatores e efeitos. No entanto, estas ciências permanecem em condição de marginalidade nas “pesquisas ambientais”, nas “ciências da sustentabilidade” e/ou da “transição ecológica”. Isso ocorre por consequência do fato de as ciências sociais, majoritariamente, não se alinharem ao paradigma do “desenvolvimento sustentável”, que enquadra o problema ambiental como quase exclusivamente técnico, dissociado de fatores socioantropológicos. Diante disso, o texto tem o objetivo de apresentar parte significativa das contribuições da pesquisa social sobre a questão ambiental, com destaque para uma proposta de análise sobre a expansividade colonial, tida como elemento-chave no âmbito da produção social da realidade ambiental contemporânea.

Palavras-chave: sociologia da questão ambiental, colonialidade, modernização ecológica, ontologia política.

* Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil.
Doutor em Desenvolvimento Rural (UFRGS), pesquisador associado ao Grupo TEMAS (UFRGS).

ABSTRACT

Since approximately the 1970s, a so-called ‘environmental problematics’ has established itself in the public sphere, which entailed various transformations in contemporary social reality. The social sciences, with varied approaches and disciplinary fields, have produced fruitful analyses on the issue in question, its variables, factors and effects. However, these sciences remain marginal in “environmental research”, in “sustainability sciences” and/or the “ecological transition”. This occurs as a result of the fact that the social sciences, for the most part, do not align themselves with the paradigm of “sustainable development”, which frames the environmental problem as almost exclusively technical, dissociated from socio-anthropological factors. Given this, the text aims to present a significant part of the contributions of social research on the environmental issue, highlighting a proposal for analysis of colonial expansiveness, considered a key element in the scope of the social production of contemporary environmental reality.

Keywords: Sociology of environmental issues, coloniality, ecological modernization, political ontology.

RESUMEN

Desde aproximadamente la década de 1970, la denominada “problemática ambiental” se ha consolidado en la esfera pública. Esto ha provocado transformaciones de diversa índole en la realidad social contemporánea. Las ciencias sociales, con diversos enfoques y campos disciplinarios, han producido análisis fructíferos sobre el problema en cuestión, sus variables, factores y efectos; sin embargo, estas ciencias permanecen marginadas en la “investigación ambiental”, en las “ciencias de la sostenibilidad” y/o en la “transición ecológica”. Esto se debe a que las ciencias sociales, en su mayoría, no se alinean con el paradigma del “desarrollo sostenible”, que enmarca el problema ambiental como casi exclusivamente técnico, dissociado de los factores socioantropológicos. Por lo tanto, este texto pretende presentar una parte significativa de las contribuciones de la investigación social sobre la cuestión ambiental, destacando una propuesta de análisis de la expansión colonial, considerada un elemento clave en la producción social de la realidad ambiental contemporánea.

Palabras clave: sociología de la cuestión ambiental, colonialidad, modernización ecológica, ontología política.

Introdução

Passados 50 anos da realização da Conferência de Estocolmo, é inegável a expansão e a ramificação da questão ambiental como uma problemática que transita no cerne da esfera pública das sociedades. Algo que é perceptível ao observarmos a presença desta discussão em múltiplas plataformas, quando a problemática em questão toma diferentes formas que denotam, de algum modo, o “tal cuidado com o meio ambiente”, como todos nós já ouvimos mais de uma vez.

Por mais que essa conversa sobre um “meio ambiente” tenha hoje um caráter banal em alguns espaços, nos quais o ambiente é tratado como coisa ou entidade já pronta da qual os humanos estariam fora, em uma condição soberana (Ingold, 2000), em sua origem, nos anos 1970, a problemática ambiental surgiu como uma questão profunda, envolvendo Estados-nação, uma vanguarda de cientistas e um pensamento político que centraliza o papel e o desempenho da economia do crescimento ao infinito como algo inegociável. Desde então, muitas conferências do tipo ocorreram, bem como foram formadas comissões internacionais, com destaque para a “Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento” chefiada pela 1ª ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland, quem publicou o relatório *Nosso futuro comum* (1987). Este, um documento ainda mais incisivo que a publicação *Os limites do crescimento* (1972), produzida por pesquisadores(as) vinculados ao Clube de Roma, paralelamente à Conferência de Estocolmo.

Associadamente, a temática ambiental passou a fazer parte dos discursos de sujeitos políticos de diferentes movimentos sociais, partidos políticos, organizações governamentais e não governamentais. Também houve a implementação de ministérios, secretarias e órgãos ramificados em diferentes instâncias dos Estados. Destarte, foram formuladas legislações e formas de regulação do relacionamento entre indivíduos e corporações e suas práticas em relação aos não humanos.

No âmbito das ciências, a problemática ambiental trilhou caminhos ramificados, por vezes opostos, conjugando a criação de novas agendas de pesquisa, áreas temáticas e a gênese de novas disciplinas, abordagens teórico-metodológicas e epistemologias. Nessa lógica, foram concebidas ciências e abordagens diferentemente posicionadas em torno da ideia de sustentabilidade e do desenvolvimento sustentável – entre essas, algumas

mais próximas das perspectivas defendidas pelos organismos internacionais relacionados à Organização das Nações Unidas e outras mais críticas.

Neste texto, viso demonstrar, mediante uma ampla e diversa revisão de literatura, que as ciências sociais produziram aportes fundamentais para a compreensão da forma como o componente social se metamorfoseia nos principais entraves encontrados pela humanidade para a construção da sustentabilidade – em especial, na crítica do vínculo indissociável entre as práticas afirmadas como de desenvolvimento sustentável e o colonialismo e a colonialidade. Isto implica o fato de a esfera dos estudos afirmados como “ciências da sustentabilidade” se apropriarem lateralmente das contribuições das ciências sociais, devido, em parte, ao compromisso deste campo de estudos com a crença no desenvolvimento sustentável enquanto categoria utilizada para manutenção das formas majoritárias de organização dos territórios, marcadas por diferentes tipos de desigualdades – de classe, agrárias, étnicas, raciais e de gênero.

Ciências da sustentabilidade, modernização ecológica, desenvolvimento sustentável e a degradação ambiental

Os tipos de conhecimento produzidos em torno da questão ambiental a partir dos anos de 1970 incorporam diferentemente o percurso socio-histórico que resultou no estágio atual majoritário das relações entre humanidade e a biosfera, em sua diversidade de componentes, conexões e relações. Simultaneamente, esses conhecimentos compartilham pressupostos diferentes acerca da reorientação dessa relação em sua diversidade de processos imbricados.

De um lado, agendas de pesquisa voltadas ao ajuste técnico relacionado à habitação humana na diversidade de ambientes ao longo do território do planeta. Melhor dizendo, ciências que partem do pressuposto de que o problema ambiental contemporâneo é uma questão majoritariamente técnica. Diante disto, com a geração de novas tecnologias, poderia ser reconstruída a compatibilidade entre humanidade e capacidades de regeneração dos ambientes.

Alguns pesquisadores conceituam este processo como “modernização ecológica”, isto é, a permanência dos paradigmas do desenvolvimento como

crescimento econômico vinculado à exploração sistemática de ambientes e populações, no entanto, utilizando-se de métodos de mitigação pontuais, atrelados à elaboração de um certo “discurso verde” (Almeida, 2009). Lógica esta que, atualmente, anda lado a lado com a ideia empresarial de “gestão” das relações sociedade-natureza, propagada por organismos internacionais, em sua maioria, responsáveis pela difusão internacional dos paradigmas do neoliberalismo para diferentes partes do mundo (Bronz *et al.*, 2020). Com isso, surgiram graduações e inovações programáticas em áreas disciplinares, principalmente das engenharias, no sentido de mitigação da degradação ambiental provocada pelas indústrias extrativas, de transformação e de criação da infraestrutura urbana. Entre essas disciplinas, estão a engenharia ambiental, a gestão ambiental e o campo de estudos sobre recursos hídricos.

No Brasil, Coelho e Almeida (2021) observaram o incentivo governamental, nas últimas décadas, para a construção de programas de pós-graduação em ciência ambiental, vinculados ao que os autores chamam de uma “interdisciplinaridade ambiental”. Quer dizer, programas que partem de uma perspectiva interdisciplinar, através da incorporação da problemática ambiental em uma diversidade de linhas e projetos de pesquisa. Entretanto, observam também que a forma dessa interdisciplinaridade, tanto na estrutura interna dos programas quanto no modo de enquadramento nos órgãos de fomento à pesquisa, é tensionada sistematicamente por uma espécie de marginalização das humanidades perante a hegemonia das ciências naturais.

De maneira semelhante, são elaborados estudos e pesquisas caracterizados como parte de um campo das “ciências da sustentabilidade”. Conforme Clark e Harley (2020), esta ciência foi criada com vistas à análise dos fatores e dos desafios para a construção do desenvolvimento sustentável. Conforme os autores, desenvolvimento sustentável seria algo próximo de uma tentativa de manter o rápido incremento de bem-estar, vinculado ao acesso à saúde, conhecimento e bem-estar material (nos parâmetros da sociedade ocidental/moderna) ao mesmo tempo que são pensadas formas de diminuição da degradação ambiental atrelada (contaminação e extinção, isto é, o extermínio das condições de habitabilidade da humanidade). O campo em questão é composto por uma diversidade de abordagens advindas da ecologia, economia, das engenharias, medicina, das ciências jurídicas e da ciência política.

Outro campo de estudos emergente com a consolidação da questão ambiental na esfera pública é aquele conhecido como “estudos de transição” (Grin, 2016). Estes estudos se focam no processo de transição de sociedades inexoravelmente imersas em problemas que vinculam desigualdade social e degradação ambiental, para modelos de sociedades mais equilibradas, harmônicas e ambientalmente sustentáveis. As abordagens vinculadas aos estudos de transição são oriundas dos Estudos Sociais de Ciência e Tecnologia e da Teoria Evolucionária, dividindo-se em três abordagens majoritárias: estudos de transição sociotécnica e de nicho; abordagem dos sistemas complexos e gerenciamento da transição; e, por último, governança reflexiva e *design* reflexivo.

Nascimento e Lage (2019) observaram avanços na concepção e desenvolvimento de tecnologias com potencial de mudanças fundamentais nas bases energéticas e produtivas em praticamente todas as áreas necessárias à perpetuação do modelo de sociedade vigente. Isso inclui: mudanças nas matrizes energéticas; na forma de lidar com o que os modernos concebem como “recursos hídricos” e na produção de alimentos. Entretanto, os autores observaram que essas novas tecnologias podem resolver alguns pontos críticos da relação sociedade-natureza ao mesmo tempo que criam novos problemas vinculados ao desequilíbrio das sociedades e comunidades, por exemplo, na substituição de mão de obra humana pelo trabalho de máquinas e/ou criando novas formas de degradação ambiental.

A agroecologia surgiu antes dos anos 1970, ainda na primeira metade do século XX, mas se expandiu a partir do surgimento da questão ambiental. Foi concebida, primeiro, nos Estados Unidos, enquanto nova abordagem que agregava a agronomia e a ecologia, tendo permanecido assim até a passagem entre os anos 1970 e 1980. Nessa época, a agroecologia se desdobrou como movimento social de maneira associada ao fato de difundir um conjunto crescente de práticas vinculadas à agricultura (Wezel *et al.*, 2009).

No caso brasileiro, a agroecologia surgiu primeiro como movimento social ligado ao desenvolvimento rural e ao fortalecimento de uma agricultura das comunidades camponesas em um sentido amplo (agricultores, indígenas e populações tradicionais). Desse modo, a agroecologia foi difundida e produzida através da atuação de organizações não governamentais e movimentos sociais rurais ligados à igreja católica, para depois começar a se consolidar enquanto paradigma científico,

tendo sido o primeiro movimento social rural de caráter ambiental do mundo (Wezel *et al.*, 2009). Atualmente, grandes movimentos sociais agrários nacionais, como o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e movimentos sociais agrários transnacionais como a Via Campesina, já capturam a agroecologia para suas formas de articulação política e de ocupação dos solos (Rosset & Altieri, 2018).

Há alguns anos, o paradigma foi mobilizado na elaboração de políticas públicas de diferentes tipos para o rural brasileiro (Norder *et al.*, 2015) ao mesmo tempo que se institucionalizou em alguns programas de graduação e pós-graduação. Todavia, neste contexto, existe uma incoerência entre uma agroecologia que se afirma como interdisciplinar para além das ciências agrárias, congregando elementos das ciências sociais junto àqueles das ciências naturais e da terra (Rosset & Altieri, 2018), para uma agroecologia que se apresenta como um ajuste técnico às ciências agrárias. Isso ocorre, por exemplo, em um número significativo de programas de pós-graduação afirmados como de agroecologia que não permitem sequer que pessoas com graduação na área de humanidades e de ciências sociais aplicadas possam pleitear uma vaga (Pereira *et al.*, 2018). Val e Rosset (2022) observaram que grandes corporações extrativistas têm se apropriado da agroecologia. Isso ocorre no financiamento de alguns projetos, que os autores chamam de uma “agroecologia para inglês ver”, que, na verdade, serve como “*green washing*” das práticas corporativas ambientalmente degradantes.

De modo geral, a produção de conhecimento em torno da questão ambiental, especificamente sobre a sustentabilidade e o desenvolvimento sustentável, ramificou-se acentuadamente em diferentes agendas de pesquisas, abordagens e reflexões. No entanto, a partir dessas reflexões, não foram produzidas transformações positivas na forma majoritária de relacionamento entre sociedades e naturezas e seus desdobramentos.

Os relatórios mais recentes do painel intergovernamental sobre as mudanças climáticas (IPCC) demonstraram a crescente degradação das condições de habitabilidade das populações humanas no planeta, suas consequências e como esses fatores podem ainda acentuar significativamente os efeitos e os eventos críticos das mudanças climáticas. Entre os exemplos elencados nos relatórios estão: a degradação da fertilidade dos solos, a escassez crescente da disponibilidade de água, o aquecimento da superfície da terra e as consequências subjacentes, como são a geração de novas desigualdades e de conflitos (Arneth & Denton, 2019).

Somado a isso, temos casos emblemáticos: a pandemia de Covid-19, que a partir de 2020 alterou o cotidiano de todas as populações humanas do planeta, fruto do avanço voraz das *plantations* e da sociedade de mercado sobre as florestas, junto à circulação intensa de bens e organismos através da economia de *commodities* (Wallace, 2020); o rompimento das barragens de Mariana (2015) e Brumadinho (2019) como formas extremadas da agressividade da mineração sobre ambientes e territórios; o aumento expressivo na liberação de agrotóxicos no Brasil, proibidos em diferentes partes do mundo; o crescimento do desmatamento da floresta amazônica por grileiros, madeireiros e fazendeiros ilegais; a invasão de terras indígenas Yanomami na mesma floresta por garimpeiros, conjuntamente à contaminação sistemática do Rio Madeira pelos resíduos do garimpo; o recorrente assassinato de ambientalistas e lideranças de populações tradicionais no sul global.

Todos esses processos são organizados através do nexo abrangente de relações de construções de mundo que, em associação, relação e/ou conflito, conformam a diversidade de formas que as populações humanas concebem, se relacionam e se apropriam dos ambientes em sua diversidade de componentes e organismos. Podemos dizer que a degradação dos ambientes também não é sentida pela humanidade universalmente, enquanto espécie – seu impacto depende de a quais humanidades nos referimos, onde se localizam e a quais relações sociais estão expostas.

A produção da questão ambiental e seus desdobramentos são indissociáveis da questão social, as duas questões se coproduzem. Sendo assim, são transformações nas sociedades que produzem o estado atual dos ambientes. Isto, devido ao fato de a humanidade ter intensificado negativamente, via transformações sociotécnicas, uma característica que existia desde o seu nascimento enquanto espécie, sua valência ecológica, isto é, a grande capacidade de habitação em todas as regiões do planeta (Mazoyer & Roudart, 2010).

Por isso, é de se estranhar que as ciências dispostas a pensar a sustentabilidade no sentido da alteração da forma de relacionamento entre humanidade e ambientes desprezem ou se apropriem lateralmente das contribuições daquelas ciências especializadas na análise do comportamento humano organizado em suas múltiplas manifestações do que podemos chamar como determinantes e/ou componentes sociais. As ciências sociais

têm produzido, mediante uma diversidade de abordagens e percursos de pesquisa, um leque de contribuições qualificadas para o entendimento dos nexos de causalidade entre relações sociais, produção dos ambientes e seus desdobramentos nos ambientes e nas sociedades.

As ciências sociais e a compreensão das relações de causalidade fundamentais à problemática ambiental contemporânea

As ciências sociais, principalmente a partir dos anos 1970, se ambientalizaram. Sobretudo por meio de diferentes pesquisas e abordagens que deram origem ao que optamos por denominar como partes de uma grande Sociologia da Questão Ambiental, focada em pesquisas sociais sobre o ambiente (Almeida, 2016). Neste universo, foi mobilizada uma sociologia voltada ao exame da construção da problemática ambiental na esfera pública, que ficou conhecida como Sociologia Ambiental, a qual examina o processo de conversão de um problema ambiental em problema social e/ou público em determinadas comunidades (Hannigan, 1997). Juntamente, surgiram os estudos que focam as transformações sociais advindas da modernidade radicalizada/reflexiva, os quais têm como um de seus grandes atributos a presença de uma percepção de risco ambiental transversal para a quase totalidade da população – primeiramente, nos países do centro da geopolítica mundial e posteriormente nos países da periferia (Giddens, 1991, Beck, 2011).

Também é produzida outra sociologia focada nos conflitos sociais que perpassam e produzem as relações entre populações e o ambiente, bem como nos processos de disputa em diferentes arenas sobre o acesso aos ambientes e seus desdobramentos. Optamos por caracterizar a diversidade de abordagens que conformam este campo como uma sociologia dos conflitos ambientais (Acselrad, 2010; Fleury *et al.*, 2014; Fleury *et al.*, 2017).

De outro lado, temos os Estudos Sociais sobre Ciência e Tecnologia, que incorporaram em suas agendas de pesquisas a coprodução entre conhecimento, sociedades e relações entre humanos e não humanos. Entre a diversidade de apontamentos trazidos por esse campo, estão o autoritarismo das *hard sciences* no tratamento da questão ambiental na esfera pública

e o papel político dessas mesmas ciências na construção da civilização ocidental, bem como, o modo como esta se expandiu para o restante do planeta (Latour, 1994, 2004; Jasanoff, 2004).

Outrossim, uma emergente sociologia dedicada ao estudo das mudanças climáticas, em suas implicações na realidade social (Giddens, 2010). Um nexos significativo e diverso de pesquisas que reúnem temáticas vinculadas aos Estudos Rurais e à Questão Ambiental (Almeida, 2009; Martins & Cunha, 2020). Estudos sobre o extrativismo e seu papel central na produção das sociedades no centro e na periferia da geopolítica mundial e, conseqüentemente, na forma como essas se relacionam com os ambientes (Acosta, 2016; Araújo, 2016; Svampa, 2019). Isto em somatório às reflexões que apontam os vínculos inextricáveis entre a colonialidade, o colonialismo e a produção social sobre os ambientes na configuração da realidade contemporânea (Santos, 2019; Mbembe, 2020). De maneira relacionada, também estão as pesquisas sociais sobre a implementação, operação e os desdobramentos de megaprojetos industriais no sul global (Ribeiro, 2008; Fleury, 2013; Pereira, 2014; Meira, 2017; Chizenga, 2020; Camana, 2020).

Por outro caminho, a antropologia também se ambientalizou, potencializando as análises sobre as relações entre populações humanas e os ambientes nos quais elas estavam inseridas – algo que desde a concepção da disciplina já ocorria e estava contido nas etnografias clássicas, de caráter mais holístico. De acordo com Brondizio *et al.* (2017), esta área de estudos passou a ser conhecida nos EUA como antropologia ambiental e, na Europa, como antropologia da natureza, tendo surgido como ecologia cultural, atrelada às contribuições de antropólogos para a superação, ao mesmo tempo, do evolucionismo e do determinismo ambiental. As reflexões da antropologia ambiental perpassam diferentes abordagens: a antropologia ecológica, vinculada ao pensamento sistêmico; a ecologia política; a ecologia histórica; a análise institucionalista na interpretação das formas organizadas de apropriação coletiva dos ambientes; e a ecologia simbólica, que seria um desdobramento da virada ontológica nas ciências sociais no âmbito da antropologia ambiental.

Similarmente à própria antropologia e à etnologia, as etnociências surgiram do processo colonial, através das expedições de naturalistas e viajantes do velho para o novo mundo, principalmente a partir das décadas finais do século XIX, quando estes expedicionários passaram a reconhecer a

sofisticação do conhecimento das populações indígenas sobre os ambientes, ao mesmo tempo que viram o potencial desses saberes para desvelar novas mercadorias para os europeus (Clément, 1998). Atualmente, a etnoecologia tem se dedicado à compreensão dos conhecimentos das populações indígenas e tradicionais¹ sobre seu entorno. Quer dizer, acerca das plantas, animais, fungos, sobre o mundo físico, químico e geológico, o solo, a água, gelo, geomorfologia, clima, astrologia, tempo, paisagens, territórios e seus respectivos ciclos e processos. Isso, tendo em vista que são conhecimentos que servem, em geral, ao processo de apropriação da natureza pelos povos, para além de uma perspectiva meramente utilitária. Isso posto, não é possível o estudo do conhecimento das populações sobre a natureza de maneira isolada de outros aspectos da vida, pois este está sempre amalgamado nas crenças e nas práticas (Toledo; Alacron-Cháires, 2012).

As referidas disciplinas, ao se debruçarem sobre aspectos da vida das populações tradicionais, serviram como aliadas na defesa da permanência dessas comunidades em áreas ambientalmente protegidas. Contribuindo com a criação do paradigma da “etnoconservação”, vinculado ao entendimento das possibilidades de convivência entre humanidades e naturezas, para além da separação entre comunidades e áreas naturais, em uma vertente autoritária do ambientalismo e das ciências naturais (Diegues, 2000).

Na esfera da historiografia, a questão ambiental foi introduzida através do nexo de pesquisas da história ambiental. A partir desta, foram feitas pesquisas sobre as relações entre sociedade-natureza em determinados momentos históricos e focadas na interpretação das transformações nessas relações e seus desdobramentos nos ambientes e nas sociedades em questão. Entre obras fundamentais nessa perspectiva, encontram-se os livros: *A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira* (Dean, 1996), focado nas relações entre a sociedades e Mata Atlântica no Brasil, do século XVI ao século XX, e *O homem e o mundo natural* (Thomas, 2010), direcionada à análise da relação entre ingleses e o ambiente, do século XVI ao XIX, época em que os ingleses exerciam o ápice de sua influência sobre o restante do mundo.

Entre as ciências, podemos localizar os pesquisadores(as) da ecologia política em uma posição extremamente oposta àquela da modernização ecológica. Melhor dizendo, distantes de uma ciência voltada a reformar as

¹ Quilombolas, ribeirinhos, camponeses, caiçaras, pescadores artesanais, dentre outros.

relações sociedade-natureza, em sua forma majoritária – isto, sem passar pelos pontos-chave da produção da realidade ambiental contemporânea.

Mesmo que a ecologia política tenha sido inaugurada nos anos 1970, Leff (2015) considera como uma das obras fundamentais deste campo aquela de nome *A ajuda mútua*, do geógrafo russo Piotr Kropotkin, escrita na passagem do século XIX para o século XX. Na obra, Kropotkin (2009) faz uma análise da adaptabilidade e da evolução dos seres vivos, destacando o papel fundamental da cooperação entre espécies e entre diferentes espécies, em contraposição àqueles autores influenciados pelo liberalismo econômico que fizeram uma leitura do conjunto da obra de Darwin, em que apontavam como fator de evolução e adaptação o conflito incessante e sistemático entre espécies e indivíduos de uma mesma espécie, como se a vida fosse uma grande arena de gladiadores onde sobreviveriam os mais combativos.

No cenário latino-americano, Alimonda (2015) observou que os cânones do pensamento social já produziam reflexões análogas ao que hoje compreendemos como ecologia política. Especialmente nas obras de José Mariátegui, no Peru, de Josué de Castro, no Brasil, e Eduardo Galeano, no Uruguai, que perceberam a indissociabilidade entre a degradação ambiental nas colônias sul-americanas e a degradação das condições de existência da maior parte do seu povo.

Nos anos 1970, a ecologia política surge como crítica ao capitalismo e seu lastro ambiental, de uma perspectiva inspirada no pensamento de Karl Marx e Friedrich Engels. Posteriormente, ramifica-se em abordagens provenientes de diferentes disciplinas das humanidades, como são a filosofia, a antropologia e a geografia. A partir dos anos 1980, houve uma aliança epistemológica com o debate pós-estruturalista e pós-colonial e, já entre o fim dos anos 1990 e os primeiros anos do século XXI, a ecologia política agregou reflexões advindas da teoria da complexidade, da fenomenologia, ecologia das paisagens e a biologia da conservação, extrapolando as humanidades e as ciências sociais (Escobar, 2010a).

Em uma época mais próxima, a pesquisa social sobre a questão ambiental passou por uma mudança radical, no âmbito da compreensão da diferença entre humanidades (Escobar, 2010b). Foi Viveiros de Castro (1996; 2002) quem melhor elaborou analiticamente o fato de que a diferença humana, principalmente entre as sociedades advindas da colonização e aquelas que possuíam uma certa autonomia e/ou afastamento para o desenvolvimento de

sua criatividade ontológica², estaria muito além de uma diferença no âmbito das representações sociais, isto é, de significados diferentes sobre uma mesma realidade composta por seres e entes equivalentes. Diferentemente, o autor percebeu que a diversidade humana e não humana era, na verdade, uma variedade de mundos, construídos no decorrer da vida dos povos.

Nesta lógica, as formas de apropriação da natureza pela compreensão humana não seriam somente a elaboração de diferentes papéis, significados e/ou representações sobre os rios, plantas, florestas e animais não humanos, conforme a cultura de um determinado povo. De outro modo, existiriam povos entre os quais não existe uma ideia de humanidade ou animalidade e/ou o conceito do que é ser humano abrangeria boa parte dos seres vivos, tal como espíritos e encantados.

Essas reflexões abriram caminho para uma profunda discussão sobre relativismo, fundamentada na reflexão de pesquisadores acerca das filosofias existenciais, principalmente dos povos indígenas sul-americanos, mas também de povos indígenas de outros continentes. Do mesmo modo que, para algumas populações, existe uma “mão invisível do mercado” ou o comércio é uma das características mais essenciais da natureza humana, outros povos convivem com as diferenças de humor de uma montanha e com espíritos e encantados que participam ativamente da vida social (Krenak, 2019).

No que tange à ecologia política, estas discussões se desdobraram, no entendimento das disputas, conflitos e desigualdades em relação ao acesso aos ambientes pelas populações humanas, em um novo grau de profundidade, precisamente ao desvelar o fato de que a ecologia política contemporânea adquire um caráter multidimensional, articulando as diferenças ecológica, cultural, epistêmica, econômica em uma diferença ontológica (Escobar, 2010a).

As formas de relacionamento entre populações e o ambiente são subprodutos de suas construções de mundo e da relação entre construções de mundo distintas, que estão imbricadas em uma diversidade de processos de diferentes tipos que concernem à vida dessas populações (Blaser, 2013). Por este motivo, para a compreensão dessas formas de relacionamento, é indesejável que deixemos de considerar, enquanto pesquisadores(as), aspectos importantes dessas relações e processos.

² Sobretudo, as populações ameríndias da Amazônia.

Visando operacionalizar epistemologicamente a ontologia política enquanto desdobramento da ecologia política, Arturo Escobar (2016; 2018) cunhou a abordagem dos desenhos ontológicos. Para o autor, a ontologia política, isto é, a construção de mundo e a relação/conflito disputa entre construções de mundo, ocorre por meio de desenhos. Tais desenhos podem ser formas de organização comunitária, processos de trabalho, de educação, de lazer, de produção de conhecimento, de religiosidade, de articulação perante um conflito, de relações de diferentes tipos entre seres humanos, plantas e organismos não humanos e, por outro lado, desenhos de dominação e exploração de humanos e não humanos, quer dizer, desenhos de eliminação.

Tsing (2019) pontua que, de maneira conjugada a todas as práticas dos seres vivos – portanto, dos desenhos ontológicos – são empreendidas diferentes formas de assembleias de humanos entre si, de não humanos entre si e entre humanos e não humanos. Estas assembleias se referem às relações mais ou menos duradouras que dão forma a estes organismos ao mesmo tempo que originam diferentes paisagens multiespécie. A forma e o sentido dessas assembleias produzem diferentemente condições de habitabilidade, mobilizam diferentes agências e produzem consequências muito diferentes entre si, que vão incidir nas condições e/ou na falta de condições propícias de uma determinada paisagem gerar a vida em sua diversidade.

Assim sendo, podemos dizer que cada mundo em processo de realização tem seus critérios próprios de avaliação e de construção sobre o que, desde os anos 1970, as sociedades ocidentais chamam de “sustentabilidade”. Isto não quer dizer que não haja algum consenso entre esses mundos e/ou que seja impossível a produção de uma convenção de significados. O problema maior não é a falta de critérios próprios de sustentabilidade, mas a prevalência e a expansividade de critérios e processos de construção de uma suposta sustentabilidade colados em uma ontologia política colonial.

Sendo mais direto, afirmo que o problema ambiental contemporâneo não se refere à falta de sofisticação do conhecimento acerca das relações sociedade-natureza e seus possíveis desdobramentos, mas ao quase nenhum interesse dos colonizadores em separar suas construções de mundo de um caráter colonizador de outros mundos. Por conta disso, enquanto não houver o desvelamento da colonialidade e do colonialismo como problemas e entraves fundamentais à sustentabilidade, qualquer

campo disciplinar e interdisciplinar será demasiado insuficiente para contribuir com a tarefa de transição para modelos societários coerentes com as capacidades planetárias.

A expansividade colonial é o germe da problemática ambiental e o inimigo natural da sustentabilidade

O estudo do colonialismo e da colonialidade, no escopo das ciências sociais, extrapola o campo de estudos pós-coloniais e/ou de estudos decoloniais. De outro modo, aproxima-se de quase todas as interpretações produzidas sobre a situação social e ambiental das sociedades-nação do Sul global, sobretudo dos contextos relacionados à realidade dos países do continente africano e da América Latina, incluindo a própria ecologia política.

Neste tópico, trataremos alguns pontos-chave para compreensão da colonialidade e do colonialismo, como sinônimos que, na perspectiva trabalhada neste texto, operam sistematicamente como o maior imperativo contrário a uma perspectiva multidimensional de sustentabilidade. Isto é, a sustentabilidade dos sistemas naturais terrestres e a própria possibilidade de perpetuação das sociedades humanas em sua diversidade.

Na passagem dos anos 1960 para 1970, Frantz Fanon (1968) encampou uma definição bem objetiva das características dos empreendimentos coloniais. Para o autor, a colonização é um processo de ocupação territorial que muda os fluxos e as infraestruturas de um determinado território em direção a um propósito que não é aquele das populações locais, alvos do processo de colonização. Com a colonização, é empreendido um violento processo de controle sobre os territórios e populações, lado a lado com a difusão massiva dos códigos dos colonizadores. Esta imersão nos códigos dos colonizadores é tão profunda, que a língua, as formas de conhecimento, os valores e a filosofia coloniais atravessam até mesmo as práticas contrárias à ordem colonial.

Achille Mbembe (2020) desvela a “forma campo” como um processo associado aos empreendimentos coloniais. Na visão do autor, ela significa a lida com aqueles “indesejáveis”, isto é, aquelas pessoas que, na perspectiva dos colonizadores, não são úteis como servos e/ou componentes do projeto colonizador. A “forma campo” é mais conhecida no Ocidente pela

experiência dos campos de concentração do regime nazista, mas tem sua gênese no final do século XIX nas guerras coloniais/imperiais empreendidas pelos europeus, principalmente no continente africano. Para os campos são direcionadas aquelas populações consideradas obsoletas ou mais insubmissas. Para além disso, a forma campo é uma forma extremada da maneira como a violência colonial se coloca sobre os corpos daqueles que extrapolam o papel subalterno dado pelos colonizadores.

Um exemplo de controle colonial sobre territorialidades é o processo de produção do afastamento entre populações indígenas e as paisagens florestadas, na colonização da Mata Atlântica, quando é buscado o rompimento dos vínculos e da autonomia dessas populações em relação à floresta (Dean, 1996). Paralelamente, o controle da territorialidade das populações indígenas ocorreu também por meio do extermínio sistemático, principalmente daquelas populações mais resistentes ao processo de colonização e mais amalgamadas às florestas brasileiras, a exemplo daquelas etnias do tronco linguístico Macro Jê, conhecidas pela sociedade colonial como “botocudos”, que no decorrer do século XIX ainda eram caçadas e assassinadas por fazendeiros e pelo governo imperial (Wied, 1940; Ehrenreich, 2014).

Semelhantemente, nos anos 1960, cerca de 95% de um total de 12.000 famílias quilombolas foram expulsas de suas terras pelo Estado e pela indústria de celulose para a implantação de monocultivos de eucalipto, no extremo-norte do Espírito Santo, no Grande Sapê do Norte. Tais terras eram compostas por uma infinidade de locais, habitação e lavoura de milhares de famílias quilombolas, que praticavam a pesca, a caça e uma agricultura que articulava a rotação de terras e o estabelecimento de sistemas agroflorestais, onde as famílias possuíam um profundo conhecimento sobre as dinâmicas da paisagem do lugar (Pereira, 2022).

O colonialismo é uma experiência que ocorreu na relação entre diferentes povos na história da humanidade, inclusive entre povos indígenas do continente americano, entre povos africanos, entre povos asiáticos e entre europeus. No entanto, nenhuma dessas experiências tem a relevância histórica na produção da realidade atual como o colonialismo enquanto ontologia multifacetada, na forma do desenvolvimento da civilização ocidental/moderna, do continente europeu para o restante do mundo. Desde a antiguidade clássica, a colonização foi o motor de expansão das sociedades

européias – era nela que se encontrava o ápice de suas tecnologias, no sentido da exploração e da pilhagem (Anderson, 2016). Nesta lógica, foi da colonização interna, de famílias nobres sobre populações camponesas, que surgiu boa parte dos estados nacionais europeus (Elias, 1991) que hoje se encontram no centro da geopolítica mundial.

A partir do século XV, com as grandes navegações e a colonização simultânea das Américas e da África, foi inaugurada a modernidade, tornando-se o fundamento primeiramente do capitalismo e posteriormente da globalização. É do colonialismo que surge a colonialidade do poder, isto é, a forma como a herança colonial viva atravessa toda a estrutura social das sociedades originárias da colonização, suas formas de conhecimento, suas instituições sociais, as desigualdades de diferentes tipos, especialmente a desigualdade racial e a forma de operar do Estado e seus propósitos, mesmo direcionado por governos diferentes entre si (Quijano, 2005).

De acordo com Mbembe (2020), é indissociável a relação entre as *plantations*³, isto é, os monocultivos escravistas, a democracia moderna e a globalização no fazimento da realidade contemporânea. O regime produtivo das *plantations* congregava simultaneamente a exploração do trabalho e, por consequência, dos corpos de trabalhadores até, muitas vezes, a morte e a degradação dos solos, sugados em sua vitalidade até a exaustão. Foi através deste modo de operar, somado ao controle do tráfico de pessoas escravizadas, que a Inglaterra se consagrou como liderança do capitalismo mundial (Willians, 1975). Em convergência, Dean (1996) afirmou que a degradação das florestas, nas sociedades coloniais da América do Sul, se atrelava ao fácil acesso à terra que tinham os fazendeiros parceiros dos impérios coloniais. Desse modo, os solos, as florestas e os rios tornavam-se bens descartáveis.

Na interpretação de Tsing (2012), os monocultivos, enquanto forma de assembleia entre humanos e não humanos, são o fundamento da produção industrial. Para a autora, foi nas grandes plantações das colônias que os europeus aprenderam a transformar a natureza em organismos produzidos de maneira seriada, em uma escala quase inexistente na maioria absoluta das paisagens, algo que a autora chama de escalabilidade. Por este motivo, nos monocultivos atuais, protagonizados pelas grandes corporações, quase não há diferença entre linhas de plantação de árvores e/ou grãos em relação às linhas de produção industriais (Shiva, 2003).

³ Neste texto, refiro-me às *plantations* tanto em seu sentido histórico quanto como sinônimo dos monocultivos característicos dos empreendimentos extrativistas.

Também é nas plantações coloniais que podemos enxergar o vínculo entre a produção de conhecimento e a exploração sistemática das paisagens. Relação que se acentuou e amplificou suas consequências com o surgimento e estabelecimento da ciência moderna e sua ligação com a expansão da produção industrial, através da transformação sistemática dos ambientes (Santos, 1988, 1992; Santos, 2008). Processo em que há um descontrole sobre o papel das ciências e dos cientistas, que ganham o reconhecimento a partir de suas descobertas, no entanto, responsabilizam-se muito raramente pela degradação promovida a partir dos usos coloniais do conhecimento produzido (Escobar, 2013).

Em consonância, há também a relação da colonialidade e do colonialismo com ontologias antropocêntricas, impossíveis de serem dissociadas completamente das formas de exploração e degeneração das paisagens, principalmente na multiplicidade de relações entre as sociedades do Norte e do Sul globais (Gudynas, 2019). De outro modo, o antropocentrismo se associa ao racismo e ao etnocentrismo, fazendo com que os modernos considerem aquelas populações que encampam ontologias mais compatíveis com as capacidades dos ambientes, como mais próximas de uma animalidade do que de uma humanidade (Ingold, 1994).

O extrativismo é outro desdobramento da colonialidade, um vínculo inextricável entre os países produtores de matéria-prima e aqueles outros países produtores de bens de alto valor agregado. O vínculo em questão explica elementos fundamentais do tecido socioeconômico das duas partes (não existem nações extrativistas, mas um sistema-mundo, isto é, de relações geopolíticas, de classe, de etnia e raça, de cunho extrativista) (Aráoz, 2016), mas principalmente dos problemas enfrentados pelos países do Sul global, como as desigualdades sociais, a violência e a fragilidade das democracias e, logicamente, da realidade ambiental contemporânea, característica do “paradoxo da abundância” ou da “maldição dos recursos naturais”, quer dizer, quanto mais rico em “recursos naturais” é um país, mais pobre ele é sob uma perspectiva multidimensional (Acosta, 2016).

O modelo extrativista tem aproximadamente 500 anos e envolve “atividades que removem grandes volumes de recursos naturais não processados (ou processados apenas parcialmente) e que se destinam, sobretudo, à exportação” (Acosta, 2016, p. 50). Ainda de acordo com Acosta (2016), a conversão de organismos humanos e não humanos em *commodities*

se liga às atividades de extração de minério, de petróleo, de gás, de madeira, celulose, *commodities* agrícolas, extrativismo florestal e pesqueiro e, de outro modo, também envolve o comércio em grande escala de bens processados parcialmente. Nos dias hodiernos, devido ao grande volume de extração, estes organismos e entes que eram tidos como renováveis se tornaram escassos, pois o ritmo de extração é mais intenso que sua regeneração. Além disso, existem atividades que, em qualquer nível, jamais seriam sustentáveis.

Tal modelo civilizacional envolve a apropriação colonial dos “recursos naturais”, convertidos em produtos que, em sua maioria, serão consumidos no mercado externo (da perspectiva do Sul global) e a apropriação de riqueza resultante dessas atividades é direcionada para pouquíssimas pessoas. Por mais que o preço das *commodities* seja volátil, conforme a demanda do mercado mundial, seu nível de elasticidade no preço é baixo; por consequência, sua capacidade de proporcionar uma apropriação de riqueza socialmente válida é limitada. De outra forma, nenhum desses produtos é passível de monopólio por serem produzidos em diferentes locais. Devido ao aumento do preço, também se aumenta a produção e a extração; dessa forma, o preço cai, favorecendo os países industrializados que podem escolher aquela oferta mais vantajosa (Acosta, 2016).

As corporações transnacionais, que exploram esses recursos naturais nos países com estados nacionais frágeis, tornam-se enclaves superpoderosos e têm usualmente executivos ou advogados com cargos nos governos e amplo apoio da imprensa. Nessa linha, a imprensa e o Estado fomentam na opinião pública os supostos benefícios da exploração econômica das atividades extrativistas, porém, não colocam na conta os custos ocultos, sociais e ecológicos, da contaminação (Acosta, 2016).

A fragilidade da democracia dos estados-nação na periferia do extrativismo impossibilita uma regulação suficiente das atividades possivelmente danosas aos ambientes ao longo dos territórios, mesmo que haja um conjunto de leis de certa forma inovadoras neste sentido. Em vista disso, em uma mudança de governo, os danos às formas estatais de regulação podem ser desastrosos. Como ocorre no Brasil, que, desde a constituição de 1988, vem buscando a complexificação da aplicação da legislação ambiental, em uma tentativa de conciliação com o próprio extrativismo, mas que, a partir de 2019 (quando já ocorria em um ritmo mais lento desde o golpe de Estado de 2016), viveu a assunção na presidência de um governo que declaradamente combina uma

postura antiambientalista com anti-indigenismo (que se expande sobre as populações tradicionais como um todo) (Bronz *et al.*, 2020).

O resultado disso é o aumento da invasão e da pilhagem sobre unidades de conservação, terras indígenas, e áreas de outras comunidades tradicionais, além do enfraquecimento substancial da fiscalização ambiental (Andrade, 2021). Somado a isso, ocorre também a acentuação do assassinato de lideranças ambientalistas, fato que já é um traço constitutivo da expansão das fronteiras extrativistas (Svampa, 2019). Muitas dessas lideranças são membros de comunidades não brancas, camponesas e/ou membros de populações tradicionais, a exemplo do que ocorre nas terras dos Yanomami (Hutukara & Seduume, 2022). Por consequência, ao longo dos territórios brasileiros, intensificam-se as vulnerabilidades perante os eventos críticos das mudanças climáticas, como são as chuvas intensas e longos períodos de estiagem e, de outro modo, há a difusão de um sentimento de impunidade em relação a quaisquer ações danosas aos ecossistemas.

No século XXI, o poder das grandes corporações se desdobra em diferentes práticas de gestão dos conflitos ao redor dos empreendimentos econômicos, um desdobramento do que Boltanski (2013) chama de “novo espírito do capitalismo”, que congrega a gestão de qualquer tipo de crítica às corporações, em diferentes âmbitos. Entre essas práticas estão: a emulação do papel do Estado através da construção de infraestrutura no entorno dos empreendimentos; a produção de projetos sociais, chamados no mundo corporativo como ações de “responsabilidade social e ambiental”; a implantação de setores nas empresas especializados na lida com as comunidades atingidas por grandes projetos/empreendimentos, inclusive contratando pessoas com histórico de atuação em movimentos sociais; e por último, as empresas também formulam acordos com associações de comunidades, propondo alguns benefícios (ínfimos em relação ao faturamento e aos danos contínuos causados por estas corporações), em troca de que estas não realizem ações e/ou protestos que desestabilizem o entorno dos empreendimentos e seus processos produtivos (Acsehrad, 2018).

Associadamente, tais empreendimentos usualmente difundem um discurso de responsabilidade socioambiental, através de peças publicitárias e de um trabalho de *green washing* sobre suas práticas (Green, 2014). Ademais, utilizam-se da atuação de pesquisadores e de uma ciência contratada tanto para legitimar as práticas das empresas, quanto para

trabalhar em ações afirmadas como de conservação e/ou preservação da natureza (Cajigas-Rotundo, 2007).

De modo geral, compreendo que todos os aspectos do colonialismo e da colonialidade e seu profundo rastro de destruição nos ambientes se referem à sua expansividade. Por expansividade, compreendo uma necessidade profunda de expansão sobre o outro, sejam humanos ou não humanos, de uma perspectiva que envolve de diferentes formas os países e pessoas mais ricas em ações de espólio multidimensional da maior parte dos organismos do planeta.

Isso pode ser visto no fato de sociedades inteiras na Europa e nos Estados Unidos e dos ricos de todos os países viverem, fundamentalmente, através do uso/consumo de itens impossíveis de serem produzidos a partir das condições locais e ambientais de suas paisagens. A expansividade encontra-se, também, no desejo de contínuo enriquecimento dos super ricos, que já possuem a capacidade de usufruto de quaisquer coisas daquelas existentes ao longo dos territórios. A expansividade é uma espécie de obsessão e/ou compulsão quando os sujeitos individuais e coletivos nunca estão satisfeitos com as condições do presente.

Isso posto, é impossível fazer uma interpretação das ontologias políticas coloniais sem a contribuição de Max Weber (2014) acerca do estabelecimento de um conjunto de valores – isto é, de uma filosofia existencial que se expande junto do capitalismo, nomeada pelo autor como “racionalidade econômica” – e de como estes se desdobram em um processo descontrolado caracterizado como “racionalização”. Para Weber, a difusão do capitalismo ocorreu em parte significativa, mediante uma afinidade eletiva com os valores da comunidade cristã protestante nascente, como eram a centralização do trabalho na vida cotidiana, a disciplina e o desejo de otimização constante dos processos de produção no âmbito do volume e do ritmo de produção.

À medida que a filosofia existencial vinculada à racionalidade econômica passa, gradualmente, de um componente das ontologias de uma comunidade específica, através da colonização,⁴ para aquelas formas de construir o mundo da população mundial na totalidade, a racionalidade econômica se torna a racionalização. Isto é, uma obsessão pela exploração econômica da

⁴ Pierre Bourdieu analisa de maneira profícua, na obra *Desencantamento do Mundo* (1979), o papel fundamental da colonização na conversão violenta de sociedades pré-capitalistas em sociedades capitalistas e/ou modernas, através da experiência de modernização da Argélia, da perspectiva dos camponeses Kabyle.

vida em sua diversidade, sobretudo através do conhecimento, que vai servir como instrumento de previsibilidade e potencialização dessas formas de exploração (Weber, 2014).

Tal processo também significou a conversão das relações de troca, de componente com diferentes graus de relevância na vida das comunidades para o principal determinante da organização da vida social. Na leitura de Polanyi (2012), isto significa a transformação de uma diversidade de sociedades com mercado em uma sociedade de mercado, quase universal. Na visão do autor, essa mudança sempre foi impedida historicamente por formas de regulação social das relações de troca pelas comunidades, visando o equilíbrio relativo dessas sociedades. Entretanto, esta barreira foi ultrapassada com o capitalismo. Dentre os problemas inerentes a esta mudança violenta, encontram-se as desigualdades e a violência subjacentes à sociedade de mercado e, principalmente, a sua incompatibilidade irreversível com as capacidades dos ecossistemas terrestres.

Por último, de maneira vinculada à racionalização e à consolidação da sociedade de mercado, está a emergência de uma ontologia política do indivíduo e/ou do individualismo, sobretudo radicalizada com a difusão da filosofia existencial do neoliberalismo, dos anos 1980 até os dias atuais, através da ação programática de organismos internacionais como são a Organização Mundial do Comércio (OMC) e o Fundo Monetário Internacional (FMI), influenciados inicialmente pela ação dos governos da Inglaterra e dos Estados Unidos e por transformações na relação entre Estados, relações de trabalho e sociedade (Dardot; Laval, 2016).

Nessa lógica, o tecido social e uma perspectiva comunitária são tratados como ilusões, como se todos os produtos das práticas humanas, como a economia, o conhecimento e as tecnologias fossem fruto da ação de indivíduos autônomos. Nessa perspectiva, quanto menos associado aos laços comunitários, mais limitada é a possibilidade de desenvolvimento do potencial de uma suposta “natureza humana”. Para Escobar (2013), a “crença no indivíduo” é um dos fundamentos da modernidade colonial e, portanto, da realidade ambiental hodierna.

Esta crença no indivíduo ignora que a própria evolução da espécie humana nos fez dependentes uns dos outros para o nosso desenvolvimento enquanto organismos vivos, pois somos uma espécie que, como afirmam Berger e Luckman (1985), nascemos incompletos e dependemos de um profundo

convívio social para a realização de nosso potencial evolutivo – quando isso não ocorre, são manifestos nos humanos diferentes problemas, alguns até irreversíveis. Este mesmo convívio profundo é necessário para a organização dos estímulos da realidade, capturados pelos nossos sistemas cognitivo e perceptivo, na forma de uma vasta rede de símbolos e significados que, desajustada sistematicamente, em uma situação extrema, nos impediria de viver (Geertz, 2008). Para além disso, a própria existência das espécies em suas características mais ou menos singulares é atravessada pelas relações e conexões entre as diferentes espécies. *Grosso modo*, as condições de perpetuação da vida na terra dependem de níveis mínimos de biodiversidade, assim como nós humanos somos advindos das múltiplas relações com as espécies com as quais convivemos ao longo das várias gerações (Begon *et al.*, 2006; Odum & Barret, 2006).

Portanto, a crença no indivíduo em suas múltiplas faces, inclusive aquelas que afirmam as liberdades individuais sobre as coletivas, é, por muitas vezes, justificativa moral, quer dizer, componente de uma ontologia política para a expansividade das ontologias coloniais perante quaisquer formas de contenção ou regulação de sua ramificação sobre comunidades humanas e não humanas.

Considerações finais: sobre a pacificação da expansividade das ontologias coloniais

As ciências sociais, desde antes do surgimento da problemática ambiental na esfera pública, ofereceram uma diversidade de abordagens bem-preparadas para a compreensão das formas de os seres humanos habitarem os territórios do planeta. Esse processo se acentuou a partir dos anos 1970, com o surgimento de diferentes campos disciplinares focados na questão ambiental. Entretanto, as contribuições da pesquisa social, devido ao teor de sua crítica, mais voltada aos fatores constitutivos e menos flexíveis de uma ordem social contemporânea, têm dificuldades de permear as práticas que fazem parte de um programa majoritário, no âmbito das políticas públicas e da geopolítica, focado na transformação das relações sociedade-ambiente, na atualidade.

Diante desse contexto, como medida do desvelamento de uma sustentabilidade real, sou partidário da perspectiva de Arturo Escobar

(2016; 2018), que busca, nas formas de defesa e reinvenção dos territórios e das paisagens das populações camponesas (indígenas, afrodescendentes e tradicionais), maneiras de superação da modernidade colonial. A partir de condições favoráveis, essas comunidades performam diferentes alianças com pesquisadores, movimentos sociais, ativistas e setores do Estado interessados em processos propícios à produção de conhecimento não vinculado a propósitos coloniais (Escobar, 2006; 2010).

Por outro lado, por mais que os Estados sejam o principal promotor da expansividade colonial sobre os ambientes humanos e não humanos, não há como pensar na construção da sustentabilidade sem um papel forte da infraestrutura deste. Um exemplo evidente se encontra no enfrentamento da pandemia de Covid-19, enquanto sintoma da degradação ambiental de nossa era. Aparentemente, as sociedades nação com pouca presença do Estado na organização das formas sociais de lida com a doença foram aquelas com mais vítimas fatais da doença e que sofreram maiores consequências com a expansão da patologia.

Isso posto, penso que o Estado tem papel fundamental na reconfiguração das relações sociedade-natureza, agindo como regulador e cerceador da expansividade das ontologias coloniais. Para isso, indico três possibilidades mutuamente complementares de o Estado ser o vetor principal na contenção da expansividade de ontologias coloniais: (1) a associação entre políticas de reforma agrária e conservação, apropriação/ habitação sustentável dos ambientes e a agroecologia; (2) a criação e expansão de territórios livres do extrativismo; (3) a criação de “unidades experimentais” nos territórios visando a democratização dos espaços para a produção de conhecimento e de iniciativas sobre sustentabilidade, sobretudo com ênfase na contextualização da agroecologia em um sentido amplo pelas comunidades locais.

Entendo uma proposta de associação entre políticas de reforma agrária e conservação, apropriação/habitação sustentável dos ambientes e a agroecologia como operando através de uma atuação firme do Estado. Isto, no sentido da promoção do acesso à terra relacionada ao fomento de formas de ocupação do solo em interface com a agroecologia, principalmente no âmbito da agricultura, do extrativismo florestal e do manejo dos ciclos da água, processo que pode ocorrer inclusive em áreas degradadas pelo extrativismo.

Para isto, os títulos de terra devem ser coletivos e indisponíveis permanentemente para comercialização. Por outro lado, a atuação do Estado

precisa ser simultaneamente reflexiva, isto é, aberta a inovações, educativa e regulatória em relação às formas de ocupação dessas áreas. Estes locais consistiriam em territórios livres do extrativismo, onde a dependência ontológica para com o extrativismo fosse fundamentalmente extirpada. De maneira vinculada a esses processos, é necessária a criação de unidades experimentais nos territórios visando a democratização dos espaços para a produção de conhecimento e de iniciativas sobre sustentabilidade, sobretudo com ênfase na contextualização da agroecologia em um sentido amplo pelas comunidades locais. Isto, para o desenvolvimento de novas formas de habitação, de organização, de agricultura, de produção de energia, de produção de matérias e materiais, de espaços de educação e de lazer.

Para algo desse tipo ocorrer, é preciso política, isto é, forte mobilização social para um trabalho de base que coadune na democratização concreta da atuação do Estado. Processo que pode ser potencializado pela urgência das subsequentes catástrofes ambientais e climáticas que infelizmente, muito possivelmente devem acometer as humanidades nos dias que virão.

Referências

- Acosta, Alberto. (2016). Extrativismo e neoextrativismo: duas faces da mesma maldição. In: G. Dilger, M. Lang, & J. Pereira Filho (orgs.). *Descolonizar o imaginário: debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento* (pp. 46-85). Fundação Rosa Luxemburgo.
- Acselrad, Henri. (2010). Ambientalização das lutas sociais – o caso do movimento por justiça ambiental. *Estudos Avançados*, 24(68) 103-119. <https://doi.org/10.1590/S0103-40142010000100010>
- Acselrad, Henri (2018). Territórios do capitalismo extrativista: a gestão empresarial de “comunidades”. In: H. Acselrad (org.). *Políticas territoriais, empresas e comunidades: o neoextrativismo e a gestão empresarial do “social”* (pp. 33-60). Garamond.
- Anderson, Perry. (2016). *Passagens da Antiguidade ao feudalismo*. Ed. Unesp.
- Alimonda, Hector. (2015). Ecologia política y pensamento crítico: vanguardias arraigadas. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, 35, 161-168. <https://doi.org/10.5380/dma.v35i0.44557>
- Almeida, Jalcione. (2009). Da ideologia do progresso à ideia de desenvolvimento (rural) sustentável. In: J. Almeida, & Z. Navarro (orgs.). *Reconstruindo a agricultura: ideias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável* (pp. 33- 55). Ed. UFRGS.
- Almeida, Jalcione. (2016). Pesquisa social sobre ambiente: misturando sujeitos e objetos híbridos. In: J. Almeida (org.). *Conflitos ambientais e controvérsias em ciência e tecnologia* (p. 11-26) . Porto Alegre: Ed. UFRGS.
- Andrade, Rodrigo de O. (jun. 2021). Legislação enfraquecida: governo federal assinou 57 atos desmobilizando estruturas de proteção ambiental no Brasil, a maioria após o início da pandemia. *Revista Pesquisa Fapesp*, ed. 34. <https://revistapesquisa.fapesp.br/legislacao-enfraquecida/>
- Aráoz, Horácio M. (2016). O debate sobre o “extrativismo” em tempos de ressaca: a natureza americana e a ordem colonial. In: G. Dilger, M. Lang, & J. Pereira Filho. (org.). *Descolonizar o imaginário: debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento*. (p. 445-468). Fundação Rosa Luxemburgo.
- Arneth, Almut, & Denton, Fatima. (2019). Framing and context. In: P. R. Shukla et al. (eds.). *Climate change and land: an IPCC special report on climate change, desertification, land degradation, sustainable land management, food security, and greenhouse gas fluxes in terrestrial ecosystems*. IPCC.

- Blaser, Mauro. (2013). Ontological conflicts and the stories of peoples in spite of Europe: towards a conversation on Political Ontology. *Current Anthropology*, 54(5), 547-568.
- Beck, Ulrich. (2011). *Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade*. Editora 34.
- Begon, Michael, Townsend, Colin R., & Harper, John L. (2006). *Ecology from individuals to ecosystems*. Black Well Publishing.
- Berger, Peter, & Luckmann, Thomas. (1985). *A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento*. Vozes.
- Boltanski, Luc. (2013). Sociologia da crítica, instituições e o novo modo de dominação gestor. *Sociologia & Antropologia*, 3(6), 441-463. <https://doi.org/10.1590/2238-38752013v364>
- Bourdieu, Pierre. (1979). *O desencantamento do mundo: estruturas econômicas e estruturas temporais*. Ed. Perspectiva.
- Brondizio, Eduardo, Adams, Ryan T., & Fiorini, Stefano. (2027). History and scope of environmental anthropology. In: H. Kopnina, & E. Shoreman-Ouimet (eds.). *Routledge Handbook of Environmental Anthropology*. Routledge.
- Bronz, Debora, Zhou, Andrea, & Castro, Edna. (2020). Apresentação: Passando a boiada - violação de direitos, desregulação e desmanche ambiental no Brasil. *Antropolítica – Revista Contemporânea de Antropologia*, (49), 7-41. <https://doi.org/10.22409/antropolitica2020.i49.a44533>
- Cajigas-Rotundo, Juan Camilo. (2007). La biocolonialidad del poder: Amazonía, biodiversidad y eco-capitalismo. In: S. Castro-Gomez, & R. Grosfoguel (orgs.). *El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global* (p. 169-194). Siglo del Hombre.
- Camana, Ângela. (2020). *Moçambique é um Mato Grosso no meio da África: o desenvolvimento e suas fricções em torno ao acontecimento Prosavana*. Tese. (Doutorado em Sociologia), Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- Chizenga, Anselmo P. (2020). *Os mundos que o “desenvolvimento” (des) integra: dinâmicas do lugar induzidas pela mineração da empresa Vale S.A. em Moatze, Moçambique*. Tese. (Doutorado em Sociologia), Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- Clark, William C., & Harley, Alicia G. (2020). Sustainability science: Towards a synthesis. *Annual Review of Environment and Resources*, (45), 331-386. <https://doi.org/10.1146/annurev-environ-012420-043621>

- Clément, Daniel. (1998). The historical foundations of ethnobiology (1860-1899). *Journal of Ethnobiology*, 18(2), 161-187. <https://biostor.org/reference/175164>
- Coelho, Gabriel B., & Almeida, Jalcione. (2021). Interdisciplinaridade ambiental e democracia pluralista: uma reflexão a partir do conceito de agonismo de Chantal Mouffe. *Revista Brasileira de Sociologia*, 9(23), 9-34. <https://doi.org/10.20336/rbs.669>
- Dardot, Pierre, & Laval, Christian. (2016). *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. Editora Boitempo.
- Dean, Warren. (1996). *A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*. Companhia das letras.
- Diegues, Antonio Carlos. (2000). Etnoconservação: enfoques alternativos. In: A. C. S. Diegues. *Etnoconservação: novos rumos para a conservação da natureza* (pp. Hucitec. Nupaub-USP.
- Ehrenreich, Paul. (2014). *Índios Botocudos no Espírito Santo no século XIX*. Apees.
- Elias, Nobert. (1990). *O processo civilizador: uma história dos costumes* (Vol 1). Zahar.
- Escobar, Arturo. (2010a). Postconstructivist political ecologies. In: M. Redclift, & G. Woodgate (eds.). *International Handbook of Environmental Sociology*. (pp. 91-105). Elgar.
- Escobar, Arturo. (2010b). *Territorios de diferencia: lugar, movimientos, vida, redes*. Envion Editores.
- Escobar, Arturo. (2013). En el trasfondo de nuestra cultura: la tradición racionalista y el problema del dualismo ontológico. *Tabula Rasa*, (18), 15-42.
- Escobar, Arturo. (2016). *Autonomía y diseño: la realización de lo comunal*. Editorial Universidad del Cauca.
- Escobar, Arturo. (2018). *Designs for the pluriverse: radical interdependence, autonomy, and making of worlds*. Duke University Press.
- Fanon, Frantz. (1968). *Os condenados da terra*. Civilização Brasileira.
- Fleury, Lorena C. (2013). *Conflito ambiental e cosmopolítica na Amazônia Brasileira: a construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte em perspectiva*. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- Fleury, Lorena C., ALMEIDA, Jalcione, & Premebida, Adriano. (2014). O ambiente como questão sociológica: conflitos ambientais em perspectiva. *Sociologias*, 16 (35) 34-82. <https://doi.org/10.1590/S1517-45222014000100003>

- Fleury, Lorena C., Barbosa, Rômulo S., & Sant'Ana Júnior, Horácio A. de S. (2017). Sociologia dos conflitos ambientais: desafios epistemológicos, avanços e perspectivas. *Revista Brasileira de Sociologia*, 5(11), 219-253. <https://doi.org/10.20336/rbs.227>
- Geertz, Clifford. (2008). *A interpretação das culturas*. LTC.
- Giddens, Anthony. (1991). *As consequências da modernidade*. Ed. da Unesp.
- Giddens, Anthony. (2010). *A política da mudança climática*. Zahar.
- Green, Lesley. (2014, 15-19 set.3). Fracking, oikos and omics in the Karo: reimagining South Africa's reparative energy policy. Anais do colóquio internacional Os Mil Nomes de Gaia, Rio de Janeiro, 15-19 setembro de 2014. Colóquio Internacional Os mil nomes de Gaia.
- Grin, John. (2016). Transition studies: Basic ideas and analytical approaches. In: H. G. Brauch, Ú. O. Spring, J. Grin, J. Scheffran. (eds.). *Handbook on sustainability transition and sustainable peace*, (pp. 105-121). Springer.
- Gudynas, Eduardo. (2019). *Direitos da natureza: ética biocêntrica e políticas ambientais*. Elefante.
- Hannigan, John A. (1997). *Sociologia ambiental: a formação de uma perspectiva social*. Instituto Piaget.
- Hutukara Associação Yanomami, & Seduume- Associação Wanasseduume Ye'kwana (2022). *Yanomami sob ataque: garimpo ilegal na terra indígena Yanomami e propostas para combatê-lo*. Instituto Socioambiental.
- Ingold, Tim. (1994). Humanity and animality. In: T. Ingold (ed.). *Companion Encyclopedia of Anthropology*, (pp. 14-32). Routledge.
- Ingold, Tim. (2000). *The perception of environment: Essays on livelihood, dwelling and skill*. Routledge.
- Jasanoff, Sheila. (2004). The idiom of co-production. In S. Jasanoff (ed.). *States of knowledge: the co-production of science and social order*, (pp. 1-13). Routledge.
- Krenak, Ailton. (2019). *Ideias para adiar o fim do mundo*. Companhia das Letras.
- Kropotkin, Piotr. (2009). *Ajuda mútua: um fator de evolução*. A Senhora Editora.
- Latour, Bruno. (1994). *Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica*. Ed. 34.
- Latour, Bruno. (2004). *Políticas da natureza*. EDUSC.

- Leff, Enrique. (2015). Political ecology: a Latin American perspective. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, 35, 29-64. <https://doi.org/10.5380/dma.v35i0.44381>
- Martins, Rodrigo C., & Cunha, Luis Henrique. (2020). Ruralidades e meio ambiente: a constituição de um campo de investigação na sociologia. *BIB*, (92), 1-29.
- Mazoyer, Marcel, & Roudart, Lawrence. (2010). *História das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea*. Editora da UNESP.
- Mbembe, Achille. (2020). *Políticas de inimizade*. N-1 Edições.
- Meira, Ana Claudia H. (2017). “Ó!! Você vai construir por cima de mim !”: desenvolvimento, conflito ambiental e disputas por justiça no litoral Sul do Espírito Santo, Brasil. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural), Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- Nascimento, Elimar P. do, & Lage, Cíntia Alvim. (2019). As inovações tecnológicas podem mudar a natureza da Crise Ambiental? *Fronteiras: Journal of Social, Technological and Environmental Science*, 8(2), 212-226. <https://doi.org/10.21664/2238-8869.2019v8i2.p212-226>
- Norder, Luiz Antonio, Lamine, Claire, & Bellon, Stéphane. (2015). Agroecologia: polissemia, pluralismo e controvérsias. In: A. Brandeburg, J-P. Billaud, & C. Lamine (orgs). *Redes de agroecologia: experiências no Brasil e na França*. Kairós Edições.
- Odum, Eugene, & Barrett, Gary W. (2006). *Fundamentos de ecología*. Cengage Learning.
- Pereira, Gustavo R.. (2022). Racismo nos conflitos ontológicos entre quilombolas e a indústria de celulose. In: J. Almeida. (org.). *Desenvolvimento, mineração, mudanças climáticas: reflexões socioantropológicas* (p. 349-376). Editora da UFRGS.
- Pereira, Gustavo R. (2014, 10-16 ago.) O conhecimento produzido pelos pescadores artesanais sobre o ambiente e sobre os impactos causados pela atividade industrial nas comunidades vizinhas de Ubú e Parati no litoral do Espírito Santo. [Apresentação de trabalho]. VII Congresso Brasileiro de Geógrafos: A AGB e a geografia brasileira no contexto das lutas sociais frente aos projetos hegemônicos, Vitória, ES.
- Pereira, Gustavo R., Barros, Hélia K., Santos, Ana Terra B., Machado, Leonard C. A., & Moreira, Arthur T. (2018). A amplitude conceitual da Agroecologia e o “público alvo” das pós-graduações afirmadas como de agroecologia. *Cadernos Agroecológicos*, 13(1).

- Polanyi, Karl. (2012). *A grande transformação: as origens políticas e econômicas do nosso tempo*. Edições 70.
- Quijano, Anibal. (2005). Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: A. Quijano. *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais*. Perspectivas latino-americanas. CLACSO.
- Ribeiro, Gustavo L. (2008). Poder, redes e ideologias no campo do desenvolvimento. *Revista Novos Estudos Cebrap*, (80) 109-125. <https://doi.org/10.1590/S0101-33002008000100008>
- Rosset, Peter, & Altieri, Miguel (2018). *Agroecologia: ciência y política*. SOCLA.
- Santos, Antônio B. dos (2019). *Colonização, quilombos: modos e significações*. Ayô.
- Santos, Boaventura de Souza (2008). *Um discurso sobre as ciências*. Cortez.
- Santos, Milton. (1988). *Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teórico e metodológico da geografia*. Hucitec.
- Santos, Milton. (1992). 1992: a redescoberta da natureza. *Estudos Avançados* 6(14), 95-106. <https://doi.org/10.1590/S0103-40141992000100007>
- Shiva, Vandana. (2003). *Monoculturas da mente: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia*. Gaia.
- Svampa, Maristela. (2019). *As fronteiras do neoextrativismo na América Latina: conflitos socioambientais, giro ecoterritorial e novas dependências*. Elefante.
- Thomas, Keith. (2010). *O homem e o mundo natural: mudanças de atitudes em relação às plantas e aos animais (1500-1800)*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Toledo, Victor, & Alacron-Chaires, Pablo (2012). La etnoecologia hoy: panorama, avances, desafios. *Etnoecológica*, 9(1), 1-16.
- Tsing, Anna. (2012). On nonscalability: the living world is not amenable to precision nested scales. *Common Knowledge*, 16(13), 505-524. <http://muse.jhu.edu/journals/ckn/summary/v018/18.3.tsing.html>
- Tsing, Anna. (2019). *Viver nas ruínas: paisagens multiespécies no Antropoceno*. IEB Mil Folhas.
- Val, Valentín, & Rosset, Peter. (2022). *Agroecología(s) emancipatoria(s) para un mundo donde florezcan muchas autonomías*. Cooperativa Editorial Retos/Universidad de Guadalajara.

- Viveiros de Castro, Eduardo. (1996). Os pronomes cosmológicos e o perspectivismo ameríndio. *Mana*, 2(2), 115-144. <https://doi.org/10.1590/S0104-93131996000200005>
- Viveiros de Castro, Eduardo. (2002). *A inconstância da alma selvagem e outros ensaios de antropologia*. Cosac & Naify.
- Wallace, Rob. (2020). *Pandemia e agronegócio: doenças infecciosas, capitalismo e ciência*. Editora Elefante.
- Weber, Max. (2014). *A ética protestante e o “espírito” do capitalismo*. Companhia das Letras.
- Wezel, Alexansder, Bellon, Stéphane, Doré, Thierry, Francis, Charles A., Vallod, Dominique, & David, Christophe. (2009). Agroecology as a science, a movement and a practice. A review. *Agronomy for Sustainable Development*, 29(4), 503-515. <https://hal.science/hal-00886499v1>
- Wied, Maximiliano. (1940). *Viagem ao Brasil nos anos de 1815 a 1817*. Companhia Editorial Nacional.
- Willians, Eric. (1975). *Capitalismo e escravidão*. Companhia Editora Americana.

Recebido: 26 jul. 2023.
Aceito: 06 fev. 2026.



Licenciado sob uma [Licença Creative Commons Attribution 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)